

# Anistia para setor pode atingir US\$ 1,5 bilhão

*Pedido de devolução da correção monetária inclui donos de patrimônios de até US\$ 50 milhões*

**B**RASÍLIA — Se a anistia exigida pela bancada ruralista no Congresso for concedida, o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional poderão elevar a US\$ 1,5 bilhão o patrimônio transferido a milhares de fazendeiros em todo o País. Essa é a soma das anistias concedidas pelo Plano Cruzado (US\$ 179,8 milhões) e pela Constituição de 1988 (US\$ 275,2 milhões) com o pretendido perdão de US\$ 1 bilhão que os ruralistas querem incluir no plano de estabilização que tramita no Congresso. Alegando uma suposta devolução de correção monetária, os ruralistas bloquearam, na quarta-feira, a votação da Medida Provisória 457, que cria a URV, ponto básico do plano econômico.

A anistia engendrada pela Comissão Parlamentar de Inquérito Mista (CPI) que investigou o endividamento agrícola pode criar milionários e ampliar a fortuna de grandes proprietários. Entre os beneficiados estão pecuaristas e sojicultores com patrimônios de até US\$ 50 milhões.

A base dos pedidos de perdão da dívida rural está na recusa dos produtores em pagar correção monetária e juros como faz o restante da sociedade quando pede empréstimos. "A correção monetária sobre o crédito rural é ilegal", não se cansa de repetir o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), líder dos ruralistas.

Até 1986, quando foi extinta a conta-movimento do Banco do Brasil, que permitia ao BB emitir moeda e aplicar em projetos de interesse do governo, o subsídio era amplo e irrestrito. A partir daquele ano, o governo entendeu que a conta-movimento era uma fonte sem controle de emissão de moeda e que não havia por que dar subsídios generalizados à agricultura.

Com isso, cresceram a dívida agrícola e as pressões para cancelamento de débitos. Hoje o crédito agrícola tem de ser remunerado com base na Taxa Referencial (TR) mais 12% ao ano, em média.

Segundo uma fonte do governo, o subsídio ao crédito rural ajudou a consolidar o crescimento da agricultura, mas hoje só se justificaria se concedido a projetos localizados e por tempo determinado.

Os autores da anistia de US\$ 1 bilhão na verdade têm um objetivo mais amplo. "No fundo, o que nós queremos é que todo o débito agrícola seja transformado pelo seu valor equivalente em produtos", disse na quarta-feira Caiado. Hoje a dívida dos produtores com o BB é de US\$ 9,7 bilhões, dos quais US\$ 1,7 bilhão (17%) estão em atraso há mais de 60 dias. De olho em mais um perdão, produtores que têm plenas condições de pagar seus débitos, como os de soja, aceitam com a retomada dos pagamentos ao BB, mas com o desconto preventivo de 33%, relativo à devolução de correção monetária pretendida.

Ao lado de Caiado, destacam-se na bancada ruralista os deputados Valdir Colatto (PMDB-SC), Odelmo Leão (PP-MG), Lael Varella (PFL-MG), Fábio Meireles (PPR-SP), Jonas Pinheiro

(PFL-MT), Victor Faccione (PPR-RS), Aldo Pinto (PDT-RS), Geovani Queiroz (PDT-PA), Ernani Vianna (PSDB-CE), Nelson Marquezelli (PMDB-SP) e os senadores Saldaña Derzi (PRN-MS), Ronan Tito (PMDB-MG) e Moisés Abrão (PPR-TO).

Os representantes da bancada ruralista afirmam contar com 206 parlamentares. O deputado Neuto do Couto, relator da MP 457, afirma que na verdade os ruralistas não passam de 20. Mesmo assim, têm força considerável, pois conseguiram aprovar em fevereiro um decreto legislativo que determina a revisão de toda a dívida bancária agrícola. O texto ainda precisa passar pelo Senado. (N.L.O.)

**I**DÉIA É  
TRANSFORMAR  
DÉBITO  
AGRÍCOLA  
PELO VALOR  
EQUIVALENTE  
EM PRODUTOS